

SANTOS, Paula Borges, *Dom António Ribeiro*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2021, 414 p.

João Paulo Avelãs Nunes
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
ORCID: 0000-0003-0419-9179

Introdução

Nos nossos dias, a historiografia e outras ciências sociais – nomeadamente a antropologia e a sociologia – desenvolveram e têm à sua disposição pelo menos quatro metodologias de recolha e tratamento de dados sobre os indivíduos em contexto social: biografias, micro-biografias, prosopografias e histórias de vida. A obra que aqui se procura recensear decorre, precisamente, da aplicação da metodologia de investigação biografia ao percurso de formação, profissional e cívico de António Ribeiro, nascido no ano de 1928, Patriarca de Lisboa e, depois, Cardeal Patriarca de Lisboa (com o nome D. António II) entre 1971 e 1998.

Tendo em conta o peso do(s) catolicismo(s), da Igreja e da “acção católica” em Portugal – neste caso, sobretudo, nos segundo a quarto quartéis do século XX –, a biografia de uma individualidade como António Ribeiro resulta, também, na análise cruzada de problemáticas político-ideológicas nucleares. Destaco, no plano nacional, a evolução do Estado Novo e da situação nos “Territórios Não Autónomos” no pós-Segunda Guerra Mundial, o Golpe de Estado/a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a consolidação do regime democrático/a integração na Comunidade Económica Europeia; no âmbito global, a Guerra Fria, a Segunda Vaga de Independências e o pós-Guerra Fria.

Mais especificamente no plano religioso, António Ribeiro presenciou como adulto e interveio em fenómenos como a adaptação da Igreja e da “acção católica” ao pós-Segunda Guerra Mundial, à independência de múltiplos países asiáticos e africanos, à crescente influência global da América Latina; ao Concílio Vaticano II e ao ampliar das clivagens entre “católicos progressistas” e “católicos integristas”; ao aprofundar do debate acerca dos papéis de eclesiásticos e de leigos, de homens e mulheres, etc. António Ribeiro foi, igualmente, o sucessor de Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) enquanto Cardeal Patriarca de Lisboa e manteve atividade como sacerdote durante os Papados de Pio XII (1939-1958), João XXIII (1958-1963), Paulo VI (1963-1978), João Paulo I (1978) e João Paulo II (1978-2005).

Em *Dom António Ribeiro*, Paula Borges Santos terá adoptado uma abordagem sincrética em termos epistemológico-teóricos e discursivos. Por um lado, a presente biografia adopta um registo na aparência descritivo e narrativista, eventualmente mais acessível aos leitores generalistas; por outro lado, a obra inclui referências a temáticas complementares, as quais são abordadas autonomamente e de modo mais estruturado em termos teóricos. O facto de a autora parecer assumir sintonia – ideológica – com o legado decorrente do percurso religioso e cívico do biografado não a levam, no entanto, a eximir-se da aplicação do essencial das regras que hoje fundam a produção historiográfica (científica) nos países com regimes democráticos ou demoliberais abertos.

Nas palavras da autora logo no início da Introdução, “*Esta é uma biografia pastoral de D. António Ribeiro, décimo quinto patriarca de Lisboa. Ainda que não corresponda ao género biográfico, referindo muitos aspectos que são relevantes para uma*

biografia em sentido pleno, exaustivo, o livro capta, em especial, a atividade eclesial que exerceu ao longo do seu episcopado. Aqui analiso a sua identidade religiosa, o seu envolvimento e contributo de pensamento e acção no quadro do catolicismo nacional e internacional, bem como a intervenção que teve na polis sobre uma diversidade de matérias, relacionadas com factos e iniciativas ocorridas nas esferas da Igreja, da sociedade civil e do Estado.” (p. 15)

A autora

Paula Borges Santos é historiadora – especializada em séculos XX e XXI – e Investigadora Principal no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). Parte substancial da sua formação académica e da sua atividade profissional decorreu, anteriormente, a partir daquela mesma Faculdade e do Instituto de História Contemporânea (IHC). Participou no processo de criação e co-coordena a Network for Studies on Corporatism and Organized Interests (NETCOR). Integra, ainda, a Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para Democracia (REFAT).

Adotando muitas vezes uma perspetiva transdisciplinar (antes de mais em diálogo com o direito e com a ciência política), tem sobretudo trabalhado acerca de história da Igreja e da “acção católica”, de regimes ditatoriais de direita – autoritários e/ou totalitários –, das modalidades corporativas de regulação de interesses socioeconómicos e políticos, de processos transicionais entre regimes políticos (com menos ou mais direitos de participação política e proteção de outros direitos fundamentais). Em *A Segunda separação. A política religiosa*

do Estado Novo (1933-1974) – livro resultante da adaptação da respetiva Tese de Doutoramento, publicado no ano de 2016 – Paula Borges Santos analisou sobretudo, com sistematicidade, quer a forma como o Estado Novo estruturou juridicamente o seu relacionamento com a Igreja/”acção católica”, quer debates e conflitos em torno desses processos legislativos.

Um outro vetor significativo do percurso profissional da autora de *Dom António Ribeiro* é o elevado grau de internacionalização que tem imprimido à sua atividade como historiadora. Internacionalização não apenas no sentido artificioso hoje demasiadas vezes dominante (participar em eventos científicos realizados em países anglo-saxónicos ou equiparados e publicar em língua inglesa) mas, antes de tudo, quanto às parcerias estabelecidas, aos objetos de estudo delimitados e às atividades realizadas, à bibliografia lida e à documentação consultada, aos pressupostos teóricos adotados, às metodologias utilizadas.

O(s) contexto(s)

Considero que, mesmo quando os historiadores se empenham em produzir e em divulgar conhecimento sobretudo científico – isto é, tanto quanto possível objetivante – continua a justificar-se procurar identificar os respetivos fatores de enquadramento cívico e profissional (predominantemente senso comum e ideologia). Uma tal cautela metodológica será, eventualmente, tanto mais operatória quando, como é o caso deste livro de Paula Borges Santos, a problemática em causa abarca época contemporânea (até ao fim da Segunda Guerra Mundial), história recente (período da Guerra Fria) e, mesmo, história do tempo presente (pós-Guerra Fria).

Evoco, em primeiro lugar, o facto de a obra *Dom António Ribeiro* ter sido elaborada e publicada num período durante o qual alcançaram grande centralidade as polémicas – ideológicas e científicas –, tanto de historiadores pós-modernos *versus* historiadores modernos e historiadores neo-modernos, como entre historiadores pós-modernos de extrema-esquerda e historiadores pós-modernos de extrema-direita. Assinalo, entretanto, o facto de, na mais recente historiografia portuguesa, as perspectivas pós-modernas (ainda) não terem atingido a prevalência que conquistaram, por exemplo, nos países anglo-saxónicos, em França e na generalidade dos Estados da América Latina (a começar pelo Brasil).

Diria que, em grande parte, Paula Borges Santos recusa as concepções pós-modernas, segundo as quais a historiografia não pode produzir conhecimento científico (objectivo para os modernos, objectivante para os neo-modernos); aos historiadores apenas caberá a escolha entre leituras justas/mobilizadoras acerca do passado das sociedades humanas e narrativas injustas a propósito do mesmo; os vestígios da realidade – a documentação – só podem ser legitimamente utilizados para reforçar a credibilidade das leituras justas acerca das temáticas consideradas. Mau grado, quer alguma precariedade da explicitação dos pressupostos teórico-metodológicos, quer alguma ambivalência no plano deontológico-epistemológico, a biografia *Dom António Ribeiro* respeita o grau de exigência da historiografia neo-moderna.

Um segundo âmbito de enquadramento do livro *Dom António Ribeiro* será o do debate historiográfico e no âmbito de outras ciências sociais/das humanidades (científico-ideológico) em torno da reconstituição e análise de informação sobre regimes políticos em geral e acerca do

Estado Novo português em particular. Ter-se-ia tratado de uma ditadura autoritária e/ou totalitária? De um regeneracionismo conservador ou de um fascismo? Apesar de a autora não abordar esta problemática formalmente, a mesma surge diversas vezes – de modo difuso – na caracterização do percurso de António Ribeiro e da evolução da Igreja Católica / “acção católica” (em Portugal e à escala mundial).

Pelo menos desde a década de 1980, revisionismos e negacionismos à parte, entre nós e no plano internacional o enfoque principal tem sido em torno da maior ou menor capacidade de objectivação decorrente da aplicação de configurações restritivas ou amplas das categorias teóricas – o que é diferente de adjectivos – de fascismo e de totalitarismo. Atrevo-me a pensar que os importantes fenómenos verificados nos últimos anos (a crise das democracias e do multilateralismo, o aumento da influência das ditaduras e de Governos populistas com vectores de autoritarismo; desde Fevereiro de 2022, a guerra de conquista e devastação, económica e de propaganda que as ditaduras vigentes na Federação Russa – uma das duas maiores potências nucleares do Mundo – e na Bielorrússia estão a impor à Ucrânia), acabaram por se reflectir no modo como a historiografia e outras ciências sociais/as humanidades estruturaram conceptualmente a investigação sobre estas temáticas.

O terceiro e mais óbvio nível de contextualização é o da investigação historiográfica, de outras ciências sociais e das humanidades (teologia incluída) acerca da evolução, ao longo do século XX, por um lado, do catolicismo, da Igreja Católica e da “acção católica”; por outro lado, do correlacionamento dos mesmos com o sistema de relações internacionais, com

regimes políticos (sociedades civis, sistemas políticos e aparelhos de Estado) e com outras confissões religiosas. Destaco que, durante o percurso de vida de António Ribeiro, o sistema de relações internacionais foi marcado pelas etapas designadas como “Época do Fascismo” (décadas de 1920 a 1940), Guerra Fria (anos quarenta a oitenta) e pós-Guerra Fria (1991-...).

Relativamente ao catolicismo, saliento que, no século XX, se passou da hegemonia de concepções neo-teocráticas e providencialistas para o pluralismo teológico decorrente do Concílio Vaticano II (1962-1965). Por sua vez, na Igreja Católica e na “acção católica”, ao predomínio da Democracia Cristã Conservadora – simbolizada, em Portugal, pelo Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra das décadas de 1910 a 1940 e por Manuel Gonçalves Cerejeira – seguiu-se a tensão entre Democracia Cristã Conservadora e Democracia Cristã Democrática; mais tarde, a conflitualidade entre Integristismo Católico, Democracia Cristã Conservadora, Democracia Cristã Democrática e Teologia da Libertação.

A obra e comentários à mesma

Paula Borges Santos escolheu um registo misto, em simultâneo historiográfico (científico) e de afirmação não explícita de alguma convergência existencial e cívica (ideológica) com o modo como o Cardeal Patriarca António Ribeiro encarou a situação da Igreja/“acção católica” – e interveio – na etapa final do Estado Novo, face ao Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974 e ao PREC, durante a fase de consolidação do regime democrático. Optou, ainda, por estruturar um discurso sobretudo descritivo (com informação muitas vezes inédita ou pouco

conhecida) mas intercalado por momentos de análise de questões particularmente relevantes.

Evoco, a este propósito, problemáticas como as posturas da Santa Sé e da Igreja Católica/“acção católica” portuguesas face às desigualdades e/ou discriminações por motivos socioeconómicos e socioculturais, étnicos e religiosos; aos “Territórios Não Autónomos” tutelados por Lisboa e aos conflitos militares aí ativos a partir de 1961; às diferentes concepções sobre o papel de eclesiásticos e de leigos no universo do catolicismo; ao Estado Novo e a outras ditaduras – autoritárias e totalitárias, de extrema esquerda e de extrema direita –, bem como aos regimes democráticos e demoliberais abertos; à escalada de radicalização verificada, entre nós, durante o PREC, com particular atenção ao “caso da Rádio Renascença”.

Nesta biografia de António Ribeiro são também observados com detalhe, entre outros, aspectos como o relacionamento tanto com o Cardeal Patriarca de Lisboa Manuel Gonçalves Cerejeira como com os Papas Paulo VI e João Paulo II; a influência não linear dos novos equilíbrios teológicos e organizacionais alcançados durante o Concílio Vaticano II; a interacção com organismos de “acção católica” crescentemente em oposição à ditadura; a intervenção em órgãos de comunicação social controlados pelo Estado Novo; o tardio e complexo processo de consolidação da Universidade Católica Portuguesa.

Quanto a vertentes deste livro que, na minha perspectiva, Paula Borges Santos poderia ter elaborado de forma mais objectivante, indicaria, antes de mais, alguma precariedade quer no grau de conceptualização adoptado quer no nível de explicitação das características e do peso relativo das várias alternativas em presença em cada um dos principais

momentos do percurso de vida de António Ribeiro. Referiria, igualmente, o menor aprofundamento da reconstituição do percurso do Cardeal Patriarca da Lisboa na etapa posterior ao 25 de Abril de 1974 por comparação com a atenção dedicada às duas últimas décadas do Estado Novo.

Enumero, finalmente, algumas temáticas que seria relevante, em termos historiográficos, ver mais desenvolvidas na obra *Dom António Ribeiro: os contactos estabelecidos, no contexto do Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974 e durante o PREC, com correntes político-militares, com partidos políticos e com representações diplomáticas; as interações com individualidades, organismos e organizações católicas que defendiam a alteração do *satus quo* no que concerne à situação da mulher e à valorização da sexualidade, ao respeito por indivíduos com orientações sexuais minoritárias; a atitude relativamente à violência sexual e a situações de opacidade financeira no seio da Igreja/da “acção católica”*.

Balanço

Para concluir esta recensão crítica, diria que vale a pena ler a biografia de António Ribeiro elaborada por Paula Borges Santos e publicada pela Universidade Católica Portuguesa. Numa conjuntura de crise e, por consequência, de radicalização, é ainda mais relevante uma obra que, optando por assumir algum pendor ideológico, não abandona preocupações de objetivação. É,

também, significativa porque permite conhecer melhor o Cardeal Patriarca de Lisboa que se seguiu a Manuel Gonçalves Cerejeira e que interveio, a partir da Igreja e da “acção católica”, da década de 1960 aos anos 1990.

Saliento, igualmente, que, em *Dom António Ribeiro*, se reconstituem e analisam indirectamente, por um lado, a situação do catolicismo, da Igreja e da “acção católica”, em Portugal, na Santa Sé e em outros países europeus. Ao Concílio Vaticano II e ao Papa Paulo VI é atribuída uma centralidade inultrapassável. Por outro lado, as características da ditadura portuguesa (na “Metrópole”, “Ilhas Adjacentes” e “Colónias” ou, em alternativa, “Províncias Ultramarinas”) e, com menor aprofundamento embora, do PREC e do regime democrático consolidado.

Nesta vertente da problemática delimitada, talvez uma das conclusões fundamentais desta obra tenha a ver com a validação da hipótese segundo a qual, para António Ribeiro como antes para Manuel Gonçalves Cerejeira, era fundamental que a Igreja e a “acção católica” portuguesas não voltassem a ficar presas à defesa de uma solução político-religiosa concreta (o Estado Novo de António de Oliveira Salazar ou, mesmo, de Marcello Caetano). Os termos de comparação foram, explicitamente, quer a vinculação à Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo após 1820 quer o apoio à Monarquia Constitucional depois de 1910.

Coimbra, Julho de 2022

(Página deixada propositadamente em branco)